



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AGENCIAMENTO DO DISCURSO ÉTNICO NA FORMAÇÃO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRAS À DISTÂNCIA¹

Zelinda Barros
Doutoranda em Estudos Étnicos (CEAO/UFBA)
zelindabarro@ufba.br

Um dos desdobramentos contemporâneos da luta pelo reconhecimento de direitos dos afro-brasileiros, induzido pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, foi a formação de professores para a Educação das Relações Étnico-raciais a distância. Na interação virtual, é importante observarmos como os participantes, a partir de situações sociais particulares, respondem às diferenças culturais observadas e como se posicionam em relação a temas explicitamente referidos a um segmento específico. Nesta comunicação, discuto como a formação de professores para o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras à distância repercute na apropriação e reelaboração de discursos étnicos analisando o agenciamento deste tipo de discursos pelos participantes em interação num contexto em que a história e a cultura negras são destacadas.

Ao focalizar a interação virtual, observo como os participantes, a partir de situações sociais particulares, respondem às diferenças culturais observadas e se posicionam em relação aos temas tratados, que estão explicitamente referidos a um segmento específico: o negro. Por esta razão, não me importa investigar se as interações ocasionam a formação de *grupos étnicos* a partir das relações estabelecidas neste encontro virtual, mas o agenciamento do discurso étnico pelos participantes em virtude do destaque dado à história e cultura negras neste contexto. A apropriação deste discurso, reforçada pelas experiências individuais e coletivas *offline*, são responsáveis pela construção de uma *comunidade étnica virtual*.

Contexto empírico

Com o advento Lei n. 10.639/03, posteriormente substituída pela Lei n. 11.645/08, as propostas de intervenção na área da educação passaram a apontar não

¹ Esta comunicação baseia-se na minha tese de Doutorado, intitulada “Etnicidade virtual? A produção de identidades étnicas no ensino de História e Cultura Afro-brasileiras à distância”, a ser defendida em 2012.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

somente para a inclusão de conteúdos ligados à História e Cultura Afro-brasileiras, como também para uma reformulação dos currículos que repercuta, sobretudo, na forma como os conteúdos são trabalhados. Desta nova demanda, surgiu a necessidade de preparação dos professores que, na maioria das vezes, também não contaram com este tipo de (in)formação em suas trajetórias escolares.

Na Bahia, antes da promulgação da Lei n. 10.639/03 algumas iniciativas no sentido de incorporação da temática aos currículos escolares podem ser identificadas. Na década de 70, o Movimento Negro Unificado propôs a inclusão da *História da África* nos currículos de ensino das escolas brasileiras. Em 1982, o Centro de Estudos Afro-Orientais (UFBA), promoveu o curso “*Introdução aos Estudos Africanos*”, primeiro curso de formação de professores voltado a docentes da rede pública de ensino. Respondendo à solicitação do CEAQ, feita em 1983, e do Movimento Negro Unificado, em 1984, o Conselho Estadual de Educação aprovou parecer que recomendava a inclusão da disciplina “*Introdução aos Estudos Africanos*” nos currículos de escolas de 1º e 2º graus, em 1 de abril de 1984, e o Secretário de Educação baixou portaria determinando a inclusão da disciplina (SANTOS, 1987).

Nas duas últimas décadas, programas de formação de professores, presenciais e à distância, têm sido implementados pelo Governo Federal, em nível nacional². Na área de História e Cultura Afro-brasileiras, o Governo Federal brasileiro ampliou o alcance das ações de formação de professores a partir do *Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições de Educação Superior* (UNIAFRO), que foi criado

² O Ministério da Educação desenvolve vários programas na área de formação continuada de professores da Educação Básica. A *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores* é formada por um consórcio de universidades federais que atuam nas áreas: Alfabetização e Linguagem (UFPE, UFMG, UnB, Unicamp, UEPG), Educação Matemática e Científica (UFPA, UFRJ, UFES, Unesp, Unisinos), Ensino de Ciências Humanas e Sociais (UFAM, UFCE, PUC-MG), Artes e Educação Física (UFRGS, UFRN, PUC-SP), Gestão e Avaliação da Educação (UFBA, UFJF, UFPR). Cada universidade da Rede mantém uma equipe que coordena a elaboração de programas voltados para a formação continuada dos professores de Educação Básica em exercício nos Sistemas Estaduais e Municipais de Educação. Além da Rede, há os programas: *Pró-Letramento*, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental; *Pró-Licenciatura*, dirigido a professores em exercício nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino que não tenham a habilitação legal (licenciatura); *Proinfantil*, um curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal, destinado aos professores da educação infantil; *Programa Ética e Cidadania*, voltado à promoção da inclusão nas escolas; *Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio*, que tem por objetivo cadastrar instituições de ensino superior para realização de cursos de formação continuada de professores em exercício nas redes públicas estaduais de educação.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

pelo Ministério da Educação, através das Secretarias de Educação Superior (SESU) e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2005³.

A formação de professores em nível superior a distância em nível nacional teve como marco a criação, em 2005, da *Universidade Aberta do Brasil (UAB)*, consórcio de instituições de ensino superior voltado à formação de professores a distância. Anterior à UAB, funcionou de 1999 a 2004 o Programa Pro-Formação, porém, voltado à formação em nível médio, na modalidade Normal, de professores que exerciam atividades docentes nas séries iniciais, classes de alfabetização do Ensino Fundamental, ou Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A abordagem de temas relacionados à Diversidade, na modalidade EaD, adquiriu maior regularidade a partir da criação da Rede de Educação para a Diversidade, criada no ano de 2008 a partir de uma articulação entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de formar um grupo permanente de formação inicial e continuada a distância para o desenvolvimento e disseminação de metodologias educacionais para inclusão de temas relacionados à área de Diversidade, que abrange cursos de: Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Ambiental, Educação Patrimonial, Educação para os Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-raciais, Gênero e Orientação Sexual.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir da seleção realizada através do Edital nº 1 da Rede de Educação para a Diversidade, de 16 de abril de 2008, no ano de 2009 foram promovidos o *Curso de Formação de Professores para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras*, pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), de *Educação Ambiental*, pela Faculdade de Biologia, e *Educação de Jovens e Adultos*, pela Faculdade de Educação. Anteriormente, no âmbito do UNIAFRO, também foi promovido um curso de formação de professores à distância, embora com estrutura diferenciada em relação ao posterior.

³ O UNIAFRO foi criado com os objetivos de: incentivar as ações de mobilização e sensibilização de instituições de ensino superior com vistas à implementação de políticas de ação afirmativa; contribuir para a formação de estudantes afro-brasileiros nas instituições de Educação Superior, em especial as que adotam sistema de reserva de vagas; estimular a integração das ações de implementação das diretrizes curriculares étnico-raciais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

São sujeitos desta investigação as/os participantes das turmas dos anos de 2009 e 2010 do *Curso a Distância de Formação para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras*, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), em parceria com o Ministério da Educação. O curso, voltado a profissionais da educação (professoras/es e gestoras/es) do Estado da Bahia, teve o propósito de contribuir para a implementação da lei nº 10.639/03, que determina a inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileiras nos currículos da Educação Básica. Na turma de 2009, participaram 300(trezentas/os) profissionais e na turma de 2010, 500(quinzentas/os).

A estrutura do Curso à Distância para Formação de Professores para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileiras variou dependendo do Programa do MEC que o apoiava, mas uma tendência se manteve nas duas turmas: a presença majoritária de mulheres entre os participantes.

Gráfico 1
INSCRITAS/OS 2009, SEGUNDO O SEXO

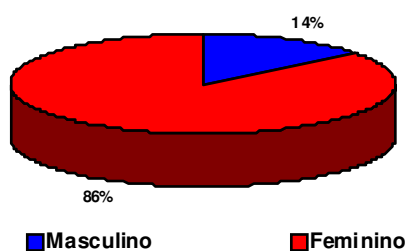
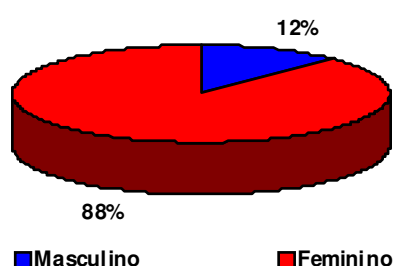


Gráfico 2
INSCRITAS/OS 2010, SEGUNDO O SEXO



Segundo os dados do Censo de 2000 do IBGE, cotejados por Teixeira (2006), no Estado da Bahia as mulheres representam 83,4% do total de professores, em concordância com os dados que confirmam as mulheres como a maioria do contingente de professores no Brasil (81,2%). Ao analisarmos os dados a partir da dimensão étnico-racial, notamos que as mulheres brancas representam 64,2% do total de professores no Brasil; na Bahia, no entanto, as mulheres pretas e pardas representam a maioria do total de professoras: 63,1% .

No formulário de inscrição do curso foi perguntado: “Qual a sua cor/raça?”. Devido à variação das respostas, elas foram agrupadas da seguinte forma:



Turma 2009 – UAB

Negra: negra, afrodescendente, negra/negra, parda/negra, preta, preta/negra
Multiétnica: mestiça, parda, multiétnica, parda/afrodescendente, parda/humana
Branca
Indígena

Turma 2010 – UNIAFRO

Negra: negra, afro-brasileira, afrodescendente, negra, parda/negra, preta/negra, morena/negra
Multiétnica: mestiça, morena, parda, mulata/humana, multiétnica, parda/mestiça, parda/humana
Branca: branca, parda/branco, branca/mestiça

Percebe-se entre as/os participantes posteriormente classificados como “negras/os” a tendência à distinção entre cor e raça: a primeira significando um traço fenotípico e a segundo fazendo referência à pertinência grupal. Apesar de também ser verificada esta variação entre aquelas/es que se auto-identificaram como “brancas/os”, nota-se que a tendência à utilização de termos mediadores é menor.

A distribuição final das/os inscritos/as quanto à cor/raça foi a seguinte:

Gráfico 5
INSCRITAS/OS 2009, SEGUNDO A COR/RAÇA

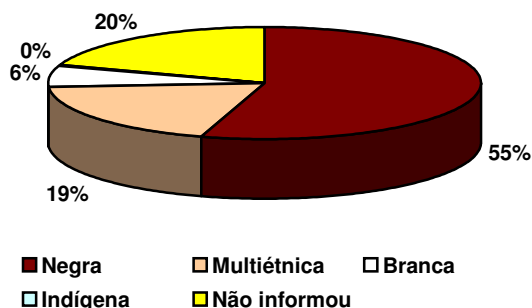
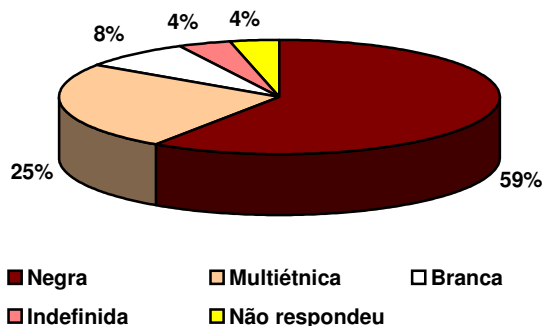


Gráfico 6
INSCRITAS/OS 2010, SEGUNDO A COR/RAÇA



No curso, o número de estudantes negros/as ou identificados/as como “multiétnicos/as” é muito superior ao de cursistas brancos/as, o que poderia ser explicado pelo menor contingente de docentes brancos na Região Metropolitana de Salvador e pelo maior número de negros/as atuando na área de Ciências Humanas. Podemos também inferir, a partir dos dados acima, que ainda estamos longe de incorporar o que o previsto no princípio “Consciência política e consciência histórica da diversidade”, preconizado nas Diretrizes Curriculares para a Implementação da lei n. 10.639/03. Segundo o documento, esta consciência deveria conduzir à



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

...busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas. (BRASIL, 2004, p. 19)

A despeito da representação da sociedade brasileira como “mestiça”, podemos depreender que o estudo de temas ligados à história e cultura afro-brasileiras ainda despertam o interesse dos indivíduos que se consideram pertencentes ao segmento não-branco.

Agenciamento do discurso étnico num contexto formativo online

Nas Ciências Sociais, um dos conceitos semanticamente mais fecundos e controversos é o de etnicidade, que pode ser considerada a partir de distintas perspectivas: subjetivista (WEBER, 1999 [1920]; TONKIN, MCDONALD & CHAPMAN, 1996[1989] BARTH, 1969[1998]), objetivista-subjetivista (ERIKSEN, 2003, 1996; ANTHIAS e YUVAL-DAVIS, 1993), primordialista (GEERTZ, 1996) ou instrumentalista (COHEN, 1996). Contemporaneamente, observa-se a apropriação deste conceito como parte do repertório de mobilização coletiva por parte daqueles/as que estiveram sujeitos ao domínio colonial (ROCCA, 2009).

A discussão sobre etnicidade se relaciona à de *self* e identidade, apesar do discurso étnico não ser necessariamente acompanhado de identidade. Sokefeld (1999) considera imprescindível distinguir *self* e identidade/identidades. O *self* seria a instância do indivíduo, dotado de autonomia relativa, independência, reflexividade (se distinguir de outros), habilidade de perseguir seus próprios objetivos; similar ao “cogito” cartesiano. A identidade, por sua vez, faria referência ao aspecto coletivo, à consciência de compartilhar certas características com os demais membros de um grupo.

A habilidade de gerenciar diferentes identidades é um importante aspecto do *self* e, num contexto onde há uma pluralidade de identidades sendo abarcadas pelos indivíduos, algo permanece o mesmo. Este sentido reflexivo pode implicar o sentido de consistência e continuidade simplesmente porque a diferença básica persiste: a diferença entre o *self* e os outros, que implica alguma agência, ou seja, “...a habilidade de agir



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sob sua própria conta” (SOKEFELD, op. cit., p.424). Ao analisar a construção do *self*, Sokefeld (op. cit.) nos permite vislumbrar a virada teórico-metodológica necessária a uma perspectiva analítica atenta à capacidade de agência dos sujeitos.

A principal referência a pautar a construção do discurso étnico das/os cursistas foi a África. Sua apropriação como referencial identitário baseou-se em representações distintas do continente: desde a visão pautada nas representações distorcidas tradicionalmente vigentes em nossa sociedade à representação da África como um continente culturalmente rico e diverso. O longo período de invisibilidade deste continente e suas populações, assim como as representações distorcidas que têm marcado as abordagens sobre a África na educação brasileira fizeram com que, para alguns/mas professores/as a África fosse considerada um país, não um continente formado por mais de cinquenta países dotados de rica diversidade cultural. Devido à homogeneização geográfica e cultural, foram incluídos no mapa geopolítico africano, de forma equivocada, a Jamaica e o Haiti - países insulares do Caribe.

A importância da África no processo de evolução humana ainda é desconhecida por muitas/os. O longo passado de resistência ao colonialismo foi apagado diante do destaque dado à penetração cultural européia no continente. Com isso, a diversidade cultural, política e social dos africanos permanece desconhecida ou é abordada de forma distorcida, como se nada existisse antes da chegada dos colonizadores europeus ao continente. Este tipo de representação esteve presente no curso:

Eu já tive em diferentes momentos diversas representações sobre a África, umas não quero lembrar, quer dizer hoje eu recrimino como eu pude pensar, dar aqueles significados tão mesquinhos, sem levar em consideração a riqueza daquele povo, daquele continente. Hoje, minhas representações que tenho da África são os Imbondeiros que são frondosos e impõem respeito; são as mães cangurus com suas crias levando -as para todos os lugares. É claro que lá nem tudo são flores, existe problemas como aqui alguns maiores, outros menores, mais que lutam com suas armas e jeitos para resolvê-los. (Aluna da turma 2009)

Nos discursos sobre África construídos no ambiente virtual, os conflitos atuais foram frequentemente relacionados a disputas políticas em que interesses econômicos externos e internos interagem, sendo criticada a representação destes conflitos como fruto do “barbarismo” africano. Nas mensagens postadas pelas/os participantes no início



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

do curso, alguns adjetivos foram recorrentes na caracterização da África e dos africanos: *riqueza, diversidade, sabedoria, resistência, beleza, mistério, força, alegria*. Percebe-se, deste modo, a predominância da tendência à desconstrução de estereótipos, apesar de destoar do que Oliva (2009) aponta como a perspectiva mais adequada para abordar a história da África, pois vincula o estudo da história do continente à história dos afrodescendentes, como se a mesma não tivesse seu próprio marco espaço-temporal. Trata-se do investimento, por parte das/os professoras/es, na luta pelo reconhecimento da humanidade dos africanos como parte de um processo de reversão do estigma histórico imputado à população negra no Brasil, como vemos abaixo:

Realmente, nós educadores devemos mostrar aos nossos alunos a África de forma contrária a que aprendemos. África de grandes reinos como do Egito, a África da rainha Ginga, dos exemplo de sociedade, etc. Mostrando exemplos positivos, começando assim, com certeza eles terão orgulho e não vergonha de seus ancestrais. (Aluna da turma 2009)

A Internet foi considerada um recurso poderoso na reversão das imagens distorcidas sobre o continente africano: *“Antes da internet, só tínhamos informações que a mídia conservadora nos impunha sobre a África, porém, agora com esse recurso podemos ter acesso a muitas informações sobre esse continente ultra rico e diverso.”* (aluna da turma 2009). Nem sempre o recurso à Internet ocorreu como forma de potencializar a construção de um saber crítico, pois muitas situações de plágio de textos encontrados em sites (muitos com informações de procedência duvidosa) também foram identificadas.

Um outro aspecto a ser enfatizado na análise da forma como os discursos étnicos foram construídos no ambiente virtual é a narrativa em terceira pessoa utilizada por um número significativo de cursistas que se auto-identificavam como “negras/os” para tratar dos africanos e afrodescendentes escravizados. Se na auto-identificação a afirmação de um “eu negro/a” é preponderante, nas narrativas que construíram sobre seus ancestrais, o distanciamento é evidenciado através das expressões “os negros”, “os africanos” em contexto em que caberiam a referência a um “nós”, à “nossa história”.

É lamentável a forma como a África e os negros eram representados nos livros didáticos antigamente. Imagens amarradas ao trono na história da abolição muitas vezes eram a única que muitos apresentavam, ou então outras



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que retratavam o negro sempre como submissos. A ausência da história da África nos livros didáticos sempre me incomodou muito, principalmente quando outras culturas como a americana, a européia inclusive a oriental tinham capítulos inteiros nestes livros, enquanto o continente africano ficava sempre excluído da historiografia oficial. Muitos estudantes inclusive confundem o continente com o "país África", devido a essa exclusão da história desse continente que contribuiu para a formação do povo brasileiro. Hoje alguns livros didáticos já apresentam um capítulo com a história antiga da África mas ainda necessita de profissionais capacitados para trabalhar isso em sala de aula. É preciso que o negro seja representado nos livros didáticos como sujeito ativo da nossa história e não como lugar subalterno e nossos ancestrais africanos devem ser mencionados nos livros para que a história do negro brasileiro seja reescrita com a valorização que merece. Saudações quilombolas. (Aluna da turma 2010)

Tomando de empréstimo as reflexões de Marx (2004 [1857]), diria que ao produzir também consumimos e, neste processo, transformamos o consumido. Neste caso, há o consumo transformador das ideias acerca de História e Cultura Afro-brasileiras, um “consumo produtivo”, pois as/os participantes do curso (membros da equipe docente e cursistas) apreendem e reelaboram as ideias acerca dos temas estudados a partir de suas experiências individuais e coletivas, construindo seus discursos étnicos, nem sempre convergentes.

Referências bibliográficas

ANTHIAS, Floya, YUVAL-DAVIS, Nira. “The concept of ‘race’ and the racialization of social”. In: *Racialized boundaries: race, nation, gender, colour and class and the anti-racial struggle*. New York: Routledge, 1993. p. 1-20.

BARTH, Friedrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 187-227.

COHEN, Abner. “Ethnicity and politics”. In: HUTCHINSON, John, SMITH, Anthony D. (orgs). *Ethnicity*. New York: Oxford Univ. Press, 1996, p. 83-84.

ERIKSEN, Thomas Hylland. “The epistemological status of the concept of ethnicity”. Conferência proferida em dezembro de 2003, em Amsterdam. Disponível em: http://folk.uio.no/geirthe/Status_of_ethnicity.html

_____. “Ethnicity, race, class and nations”. In: HUTCHINSON, John, SMITH, Anthony D. (ed.) *Ethnicity*. New York: Oxford University, 1996. p. 28-31.

GEERTZ, Clifford. “Primordial Ties”. In: HUTCHINSON, John, SMITH, Anthony D. (orgs). *Ethnicity*. New York: Oxford Univ. Press, 1996, p. 40-45.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MARX, Karl. “Introducion de 1857”. In: BOIVIN, Mauricio, ROSATO, Ana, ARRIBAS, Victoria. *Constructores de otredad*. 3a. ed. Buenos Aires : Antropofagia, 2004.

OLIVA, Anderson Ribeiro. “A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)”. *História*, São Paulo, 28 (2): 2009. p. 143-172.

ROCCA, César Ore. “La etnicidad y sus usos. Reflexiones acerca de la difusión de la etnicidad”. In: MAESO, Silvia Rodriguez (org.). *e-Cadernos CES*. Coimbra, PT: Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 163-177.

SANTOS, Arany Santana Neves. “Inclusão da disciplina ‘Introdução aos Estudos Africanos’ no currículo oficial da rede estadual de 1º e 2º graus da Bahia”. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 63. p. 69-71, nov. 1987.

SÖKEFELD, Martin. “Debating Self, Identity and Culture in Anthropology”. *Current Anthropology*, 1999, n. 40, v. 4, p. 417-431.

TEIXEIRA, Moema Poli de. “A presença negra no magistério: aspectos quantitativos”. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet ; Niterói, RJ : EDUFF, 2006.

TONKIN, Elisabeth, MCDONALD, Maryon, CHAPMAN, Malcom. “History and ethnicity”. In: HUTCHINSON, John, SMITH, Anthony D. (ed.) *Ethnicity*. New York: Oxford University, 1996. p. 18-24.

WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. In: *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. p. 267-277.